

TRADIÇÕES DISCURSIVAS: UMA ÁREA ENTRE O LEGADO COSERIANO E A INOVAÇÃO METODOLÓGICA – REFLEXÕES TEÓRICAS E UMA MICROANÁLISE DAS *CARTAS OFICIAIS NORTE-RIO- GRANDENSES* (1713-1931)

TRADICIONES DISCURSIVAS: UN ÁREA ENTRE EL LEGADO COSERIANO Y LA
INNOVACIÓN METODOLÓGICA – REFLEXIONES TEÓRICAS Y UNA MICROANÁLISIS DE
LAS CARTAS OFICIALES NORTE-RIO-GRANDENSES (1713-1931)

DISCOURSE TRADITIONS: AN AREA BETWEEN THE COSERIAN LEGACY AND THE
METHODOLOGICAL INNOVATION – THEORETICAL REFLECTIONS AND A
MICROANALYSIS OF THE *RIO GRANDE DO NORTE OFFICIAL LETTERS* (1713-1931)

Felipe Morais de Melo*

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte

Maria Hozanete Alves de Lima**

Universidade Federal do Rio Grande do Norte

RESUMO: Este trabalho reflete acerca das Tradições Discursivas (TD). Demonstra-se como um campo de investigação que prima por estudar as mais variadas representações do discurso pelo eixo diacrônico e que, portanto, sempre lida com o mecanismo dinâmico entre permanência e mudança dessas formas pragmático-discursivas, vem se conformando num processo semelhante frente às ideias coserianas. Analisam-se alguns de seus traços a fim de refletir sobre as inovações aportadas pelas TD, concluindo, contudo, que suas contribuições advêm, inicialmente, de sua proposta metodológica e não propriamente de sua abordagem teórica, calcada em várias premissas já desenvolvidas por Coseriu (2007). A pesquisa finaliza com a aplicação de algumas das achegas das TD a quatro cartas retiradas de um *corpus* diacrônico (1713-1931), resultando em uma satisfatória compreensão para o termo “cartas oficiais” e uma peculiar descrição das quatro cartas selecionadas.

PALAVRAS-CHAVE: Tradições discursivas. Pensamento coseriano. Permanência e mudança. Cartas oficiais.

* Professor do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte (IFRN), Doutor em Linguística pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), com estágio doutoral na Universidad Autónoma de Querétaro (UAQ), México. E-mail: felipemorais_m@yahoo.com.br.

** Professora do Departamento de Letras e do Programa de Pós-Graduação em Estudos da Linguagem da UFRN, Doutora pela Universidade Federal de Alagoas (UFAL) e pós-doutora em Linguística pelo Institut des Textes et Manuscrits Modernes (ITEM/ENS/CNRS), França. E-mail: hozanetelima@gmail.com.

RESUMEN: Este trabajo reflexiona acerca de las Tradiciones Discursivas (TD). Se demuestra como un campo de análisis que privilegia el examen de variadas representaciones del discurso por el eje diacrónico y que, por ende, siempre lidia con el mecanismo dinámico entre permanencia y cambio, se desarrolla, él mismo, por un proceso similar frente a las ideas coserianas. Se analizan algunos de sus rasgos a fin de plantear las innovaciones legadas por las TD. Esta investigación concluye que su aporte resulta inicialmente de su planteamiento metodológico y no de su modelo teórico, basado sobre premisas ya desarrolladas por Coseriu (2007). Este artículo finaliza, a modo de ilustración, con la aplicación de algunos conceptos de las TD a cuatro cartas sacadas de un *corpus* diacrónico (1713-1931). A través del análisis, se llega a una interesante comprensión para el término “cartas oficiales” y a una peculiar descripción de las cuatro cartas mencionadas.

PALABRAS CLAVE: Tradiciones discursivas. Ideas coserianas. Permanencia y cambio. Cartas oficiales.

ABSTRACT: This study aims to reflect on Discourse Traditions (DT). We demonstrated how a field of research that is concerned with different discourse representations through the diachronic axis and therefore that always deals with the dynamic mechanism between permanence and change of those pragmatic-discursive forms has been itself formed by a similar process before Coserian ideas. This work examines some of their traits and reflects on the innovations brought by DT and concludes that their contribution stems initially from their methodological arrangement and not from their theoretical model, which were primarily based on premises already developed by Coseriu (2007). Finally, we analyzed, according to DT principles, four letters taken out from a diachronic corpus (1713-1931) resulting in an interesting comprehension of what the term “official letters” means, besides a peculiar description of the aforementioned letters.

KEYWORDS: Discourse Traditions. Coserian ideas. Permanence and change. Official letters.

1 INTRODUÇÃO

Hace quinientos años, el jefe de un hexágono superior dio con un libro tan confuso como los otros, pero que tenía casi dos hojas de líneas homogéneas. Mostró su hallazgo a un descifrador ambulante, que le dijo que estaban redactadas en portugués; otros le dijeron que en yiddish. Antes de un siglo pudo establecerse el idioma: un dialecto samoyedo-lituano del guaraní, con inflexiones de árabe clásico. También se descifró el contenido: nociones de análisis combinatorio, ilustradas por ejemplos de variaciones con repetición ilimitada. Esos ejemplos permitieron que un bibliotecario de genio descubriera la ley fundamental de la Biblioteca. Este pensador observó que todos los libros, por diversos que sean, constan de elementos iguales: el espacio, el punto, la coma, las veintidós letras del alfabeto. También alegó un hecho que todos los viajeros han confirmado: *No hay, en la Biblioteca, dos libros idénticos*. De esas premisas incontrovertibles dedujo que la Biblioteca es total y que sus anaquelestodas las combinaciones de los veintitantos símbolos ortográficos (número, aunque vastísimo, no infinito) o sea todo lo que es dable expresar: en todos los idiomas (BORGES, 2009, p. 561).

Confundem-se os idiomas porque, apesar das diferenças, algo há assentado de comum. E se nada há, de fato, há, de direito, pelos modelos arquivados mentalmente, que nos fazem reconhecer – com ou sem razão – algo que já não é, porque mudou. Até conteúdos, enfim, decifram-se. Porque há essa lei fundamental da Biblioteca – recordando o início do conto de que provem nossa epígrafe borginiana: “El universo (que otros llaman la Biblioteca)” – a de que, apesar de suas particularidades, de suas mudanças, os livros apresentam elementos em comum, frutos de uma tradição. Apesar de não haver na Biblioteca dois livros idênticos, todos são idênticos. Assim também nós, humanos, variantes e tradicionais sobre a esteira da vida. E, porquanto somos seres de língua, germinalmente criativos, essa comunhão entre padrão/alteração revela-se em excelência. Assim a língua se faz; assim fazem-se os textos. O novo chega com a história e com ela, um quê a mais, quase paronímico: historicidade – em apalpação¹.

¹ Certamente o novo também revela a historicidade, seja positivamente, quando deixa transparecer, mesmo que apenas por resquícios, algum modelo anterior; seja negativamente, por ser o oposto do que foi (ou simplesmente não ser como) determinado padrão (entenda-se agora padrão linguístico e textual, para se começar a entrar mais diretamente nas questões da língua, prestando os justos agradecimentos à prosa filosófica de Borges). Esta concepção de historicidade condiz com a encontrada em Schlieben-Lange (1993, 19), que a compreende como repetição/ atualização de uma tradição. Essa leitura de historicidade é apenas uma dentre as

Este trabalho desenvolve-se atravessado por este signo, como são todos os signos, de dupla face: o da permanência-continuidade (cada face significativa para a outra, significado). Na primeira seção do trabalho, tecemos alguns breves comentários sobre dois campos de investigação filiados à Linguística Histórica, o das Tradições Discursivas (doravante TD²) e o da Variação e Mudança. Na segunda seção, apresentamos uma longa reflexão sobre a base epistemológica coseriana presente nas TD, seguida de uma breve exposição – sempre que necessário, acrescida de uma reflexão teórica – sobre as principais características dessa nova área dos estudos diacrônicos. No terceiro momento, realizamos uma amostra de análise com base nas TD sobre um *corpus* de quatro cartas oficiais do século XVIII ao XX produzidas no Rio Grande do Norte.

2 TRADIÇÃO E VARIAÇÃO NA LINGUÍSTICA HISTÓRICA

A Linguística Histórica é o grande campo dos estudos da linguagem que trata de estudar as mudanças por que passa, com o transcurso do tempo, a língua em seus mais diversos níveis de análise. Mattos e Silva (2008) distingue uma linguística histórica no *sentido lato* e outra em *stricto sensu*. A primeira corresponde a qualquer tipo de linguística que trabalha com *corpora* datados e localizados, a segunda, apenas com dados provenientes de sincronias passadas. Esta última, a linguística histórica *stricto sensu*, por sua vez, ainda se subdivide, para a autora, em uma linguística histórica de caráter sócio-histórico, por considerar fatores extralinguísticos na análise de fenômenos da língua; e uma linguística diacrônica, que possui uma natureza associal, considerando, sobretudo, os fatores imanentes à estrutura, isto é, os intralinguísticos (MATTOS E SILVA, 2008, p. 10). Tanto os estudos promovidos pelas TD quanto os da Teoria da Variação e Mudança, apesar de todas as especificidades que possuem, enquadram-se na linguística histórica no sentido estrito e do tipo sócio-histórico, por, cada qual a seu modo, considerarem os fatores extralinguísticos como integrativos à compreensão dos fenômenos da língua e textuais (neste último caso, especificamente para as TDs).

Essa definição de Linguística Histórica é uma conceituação tradicional que normalmente predomina nos estudos linguísticos. Coseriu (1979a, p. 235-8) – linguista que, por suas reflexões, pode ser considerado, se não um filósofo da linguagem, um grande pensador da língua, da linguagem e da linguística – nota que são a linguística descritiva e a linguística histórica³ que, juntas, representam a linguística histórica, pois a língua só pode e deve ser considerada em sua solidariedade sincrônica, como dizia Saussure (1959, p. 157), se por sincronia se entende o processo de sincronização que se dá entre a historicidade da língua com a historicidade do homem⁴ (ver nota 1). E o sistema – que dentro da linha de abordagem científico-metodológica de Saussure⁵ – existe apenas na sincronia, pode e deve ser concebido na história, esteira de sistematizações.

três propostas por Coseriu, de acordo com Kabatek (2005). Segundo o autor, Coseriu entende historicidade como: 1º o uso de uma língua histórica, instrumento de socialização humana e de alteridade, transmitida de modo espiritual, para retomar a citação de Wartburg e Ulmann (1975, p. 206), “A raça é um conceito das ciências naturais. A língua, ao contrário, se transmite de modo espiritual; 2º as manifestações culturais que se repetem, a exemplo das linguísticas (linguísticas no sentido *lato*, isto é, não somente estruturais: textuais, discursivas, semânticas, estilísticas); 3º a situacionalidade do texto num momento único e irrepetível da história, o que torna qualquer texto (mesmo textos de enunciados idênticos) único, individual. Acreditamos, contudo, que, por meio de um nível maior de abstração, podemos entender que, em todos os casos, existe, se não repetição, relação com uma tradição – neste caso, claramente, não apenas linguística. No primeiro caso, repete-se o papel tradicional de alteração que a língua possui, papel atualizado toda vez em que a língua é posta em uso: é uma tradição de interação que a língua apresenta. No terceiro caso, repete-se o caráter de locação física e temporal (histórica, portanto) do texto, na medida em que todo texto sempre vai nascer de uma enunciação singular: é uma tradição cronotópica (leia-se etimologicamente: de tempo e espaço) de produção da língua. Ademais, todas as três historicidades existem em função do texto (no caso da segunda, não unicamente do texto, pois refere-se à repetição das manifestações culturais em geral, dentre as quais, como já dito, a linguística), que, por seu turno, sempre vai estar atrelado, positiva ou negativamente, a uma tradição, de forma que vemos cabível interpretar, por meio dessa estratégia de abstração, historicidade como vinculação a uma tradição, em sentido *lato*, como foi tentado mostrar. Daí, mudando a ordem dos fatores sem comprometer o produto, podemos usar o próprio Coseriu (1979a, p. 64) – “[...] a historicidade do homem coincide com a historicidade da linguagem” – para validar esse denominador comum de repetição/tradição que vemos na historicidade: a historicidade da linguagem coincide com a historicidade do homem.

² TD abreviando tanto Tradições Discursivas quanto Tradição Discursiva.

³ Coseriu (1979a) prefere esses termos aos de “linguística sincrônica” e “linguística diacrônica”, por considerá-los falhos, uma vez que obliteram a sincronia necessariamente implicada na diacronia e vice-versa. A história da língua comporta, assim, seus estágios sincrônicos.

⁴ Nesse sentido, provavelmente uma afirmação como a de Saussure (1959, p. 157), “[...] sincronía y diacronía designarán respectivamente un estado de lengua y una fase de evolución”, poderia ter sido redimensionada por Coseriu em um enunciado do tipo *sincronia designa um estado da língua em evolução*.

⁵ Destaque-se o qualificativo “metodológico”, posto que, diante do assombroso montante de escritos deixados por Saussure sobre os mais variados temas e do cisma que ele criou nos estudos da linguagem, é mais prudente pensar que as ideias que nos chegaram pelo Curso de Linguística Geral revelam seu recorte metodológico para uma ciência que ele estava delineando e, não necessariamente, seu horizonte de elucubrações sobre a linguagem. Destarte, é lícito pensar que ponderações

Essas considerações validam-se, dentro do corpo geral deste trabalho, na medida em que dialogam nitidamente com a Teoria da Variação e Mudança – representada precipuamente pelo clássico de 1968 de Weinreich, Herzog e Labov, *Fundamentos empíricos para uma teoria da mudança linguística* –, que encara o processo de mudança sob a égide do sistema (uma inovação nos estudos da linguagem), de uma sistematização estrutural da variabilidade, e não mais sob o arrimo da aleatoriedade ou como fruto de degenerescência; e com a teoria das TD – retratada, a título de um modelo para este artigo, pela conferência de Kabatek, de 2006, *Tradições discursivas e mudança linguística* –, para a qual a mudança da língua passa pelo filtro também da mudança/ da história dos textos, todos eles, língua e texto, em constante marcha de tradição e atualização em suas realizações.

Além disso, o diálogo se estende, mesmo que com suas particularidades bem marcadas, no que concerne ao trato com a história, patente em Coseriu (1979a), que pode ser, por exemplo, associado ao papel que as variáveis independentes extralinguísticas apresentam na Teoria da Variação e Mudança (com toda a ressalva necessária, principalmente em se considerando a forte condição estruturalista da obra em questão e que subjaz em toda a sociolinguística laboviana) e, para dar apenas um exemplo mais concreto (isso porque, no caso das TD, a história tem potencial para atuar em todas as dimensões de análise) ao papel primordial – o de evocarem as tradições discursivas – que possuem as situações de comunicação⁶. Dessa forma, portanto, ambas as correntes da Linguística Histórica comungam com Coseriu a opinião de que “a língua muda para continuar funcionando como tal” (COSERIU, 1979a, p. 31), seja por meio da *adoção* (p. 72) de novas estruturas para suprir determinada (nova) função linguística, seja pela adoção (gestação) de uma nova tradição discursiva para simbolizar (pois signo) dada (nova) constelação.

3 TD: UMA TRADIÇÃO SOB BASE COSERIANA

Em várias das obras de Coseriu (1977, 1979a, 1979b, 1980a, 1980, 2007), está manifesta a filiação epistemológica de linguagem do linguista romeno⁷ à concepção de linguagem legada por Humboldt, segundo a qual, linguagem não é somente *ἔργον* (produto, o que está acabado), senão *ἐνέργεια* (atividade, o que está em construção). O caráter de atividade (*ἐνέργεια*) de Humboldt vai além, pois não acarreta apenas a noção de algo que está em desenvolvimento, mas representa a ideia de “atividade criadora”, superando, portanto, a natureza de *δύναμις* (potencial, a técnica aprendida historicamente) que a linguagem igualmente possui, isto é, a linguagem é uma manifestação criativa do espírito (e de espírito criativo) que, exatamente por ser criativa, vai além de sua própria potencialidade de funcionamento. Para Coseriu, *ἔργον*, *ἐνέργεια* e *δύναμις* são três pontos de vista a partir dos quais se pode compreender a linguagem.

Coseriu opta, então, por conceber a linguagem – portanto a língua, uma vez que “[...] el lenguaje se presenta siempre como lengua” (COSERIU, 1977, p. 23) – como *ἐνέργεια* ou, dizendo de outra maneira, a linguagem deve ser encarada desde o ponto de vista da *ἐνέργεια*. Além dessa base epistemológica de cunho humboldtiano, há outra, igualmente difundida em, pelo menos, todas as obras acima referidas e nascida de seu próprio engenho, que é a de que “[...] a linguagem é uma atividade humana *universal* que se realiza *individualmente*, mas sempre segundo técnicas *historicamente* determinadas” (COSERIU, 1980b, p. 91). Dessa sua asserção, ele

menos delimitadas acerca da relação existente entre sincronia e diacronia tenham figurado na cabeça do autor. A leitura de seus manuscritos pode nos dar exemplos que fundamentem essa nossa percepção.

⁶ Kabatek (2006, p. 511) diz que as tradições discursivas são evocadas por constelações discursivas. Não é exata a correspondência entre o termo “constelação discursiva” e “situação de comunicação”, mas é, ao menos, possível, principalmente nos textos orais. Isso se evidencia, por exemplo, no esquema de evocação (a ser retratado mais à frente neste trabalho) que Kabatek aduz, em que encontramos a vinculação “situação 1” – “texto 1”. Numa nota, contudo, o romanista alemão, referindo-se a essa ligação, faz a seguinte advertência: “[...] não queremos defender uma definição monocausal e puramente situacional das TD; mas achamos que uma relação – não necessária, mas possível – é evidente”. Exemplos de textos que não são evocados por situações de comunicação são, por exemplo, a maioria dos textos escritos que, como mostra Schlieben-Lange (1993, p. 30), foram sendo condicionados historicamente a construir “seus contextos nos próprios textos”, a fim de se imporem “contra a norma da fala dependente de tempo, lugar e pessoa”. Esses textos, explica Kabatek (2006, p. 512), “criam a sua própria constelação discursiva”.

⁷ Vamos tratá-lo como linguista romeno em razão de sua língua materna ser o romeno e por assim tradicionalmente ele ser referido na literatura linguística. Vale notar, contudo, que Coseriu nasceu na Maldiva ou Moldova, país que faz fronteira com a Ucrânia e com a Romênia.

propõe “[...] la distinción entre hablar em general, lengua y texto” (COSERIU, 1977, p. 242), pertencendo o “falar em geral” ao nível universal da linguagem⁸ (porque todo humano que vive em sociedade – mesmo que essa sociedade seja apenas mais outro indivíduo o – fala); a língua, ao nível histórico da linguagem (pois quem fala, fala sempre um idioma, isto é, fala sempre conforme determinadas técnicas historicamente estabelecidas); o texto ou discurso, ao nível individual da linguagem (pois a língua só se expressa, só se consoma quando algum falante dela faz uso, quando se produz um texto, quando se realiza um discurso). Cruzando os pontos de vista com os níveis, chegamos à seguinte tabela, extraída de Coseriu (1980b):

Tabela 1: Pontos de vista e níveis da linguagem para Coseriu (1980b)

pontos de vista níveis	ἐνέργεια (atividade)	δύναμις (saber)	ἔργον (produto)
nível universal	falar em geral	saber elocucional	totalidade do “falado”
nível histórico	língua concreta	saber idiomático	(língua abstrata)
nível individual	discurso	saber expressivo	“texto”

Fonte: Coseriu (1980b, p. 93)

O que nos importa particularmente nesta Tabela 1 é a segunda coluna, a que vê a linguagem como atividade, sobre o que já tratamos acima. Na terceira, temos os saberes (as potencialidades) relacionados a cada nível: o saber elocucional é o saber falar, como atividade universal humana; saber idiomático é o domínio de (uma) língua; e o saber expressivo é a habilidade de saber se expressar adequadamente às situações de comunicação. Na última coluna, temos os produtos: o produto do nível universal é o conjunto de tudo falado pela humanidade; o produto do nível histórico é o sistema abstrato da língua, numa perspectiva saussuriana de sistema; e o produto do nível individual são os textos concretamente produzidos.

Por fim, para encerrarmos esse inventário de embasamentos epistêmicos recorrentes na obra de Coseriu, notamos seu especial interesse pelo nível individual, pelo texto, na medida em que nesse nível há a incorporação e, mais do que isso, há a concretização dos outros dois níveis, o universal e o histórico, e, ainda mais além, há a superação dos demais. Antes de finalizarmos o desenvolvimento dessa ideia, vejamos outras duas tabelas extraídas de Coseriu (2007):

Tabela 2: Funções e domínios semânticos relacionados aos três produtos (ἔργον) da linguagem, segundo Coseriu (2007)

realidade extralinguística	função designativa	designação
língua	↑ função idiomática ↑	significado
texto	função textual	sentido

Fonte: Coseriu (2007, p. 152)

⁸ Várias são as técnicas universais que podem ser estudadas. Coseriu (2007, p. 147), por exemplo, menciona a categoria universal de “agente”, que pode ser expressa no nível dos idiomas, por funções sintáticas como a de genitivo, agente ou de sujeito. Brigitte Schlieben-Lange (1993, p. 20) realiza uma interessante abstração de modo a sintetizar as técnicas universais a duas, quais sejam: a do referir e a do alterar. Estratégias dêiticas e de reflexividade podem ser enquadradas como de referenciação ao passo que a interpelação e a ênfase podem ser postas dentro das estratégias de alterização.

Tabela 3: Graus de saber e valoração associados aos três níveis da linguagem, conforme Coseriu (2007)

nível	graus do saber	valoração
geral	elocucional	congruente
histórico	idiomático	correto/exemplar
textual	expressivo	adequado

Fonte: Coseriu (2007, p. 141)

As três dimensões na horizontal continuam representando (de cima para baixo, respectivamente) os níveis universal, histórico e individual da língua⁹. Na Tabela 2, temos, na segunda coluna, as funções atreladas a cada nível e, na terceira, os domínios semânticos associados aos mencionados níveis: no nível universal, a semântica configura-se designação; no nível histórico, significado; no individual, sentido. Na Tabela 3, temos a valoração análoga a cada nível: no nível universal, fala-se em congruência ou não congruência da linguagem (que, claro nos parece, se junte à designação); no nível histórico, em usos corretos ou exemplares da língua (também diretamente ligado ao campo semântico, que, nesse nível, é o do significado)¹⁰; e, no nível individual, fala-se em usos adequados (coligado ao sentido).

Retornando à atenção peculiar dada por Coseriu ao nível do texto, encontramos, já em sua obra de 1977 (anterior à sua *Linguística del texto*, cuja primeira edição data de 1980), a compreensão de que os níveis semânticos de *designação* e de *significado*, juntos, “se convierten em *signatia*, es decir, en <<significantes>> para um determinado sentido”¹¹ (1977, p. 254). Isso delineia um signo linguístico, do qual fazem parte a *designação* junto ao *significado* como significante e o *sentido* como significado (no sentido saussuriano). Com isso, Coseriu deixa nítida sua percepção de que, mesmo sendo o nível menor, é no nível individual que se define a semântica do signo. As regras do nível individual superam e mesmo podem dissidir das regras dos outros dois níveis, que são hierarquicamente superiores¹², mas que dependem integralmente da realização do texto. Essa transgressão potencial não se dá apenas do nível individual aos seus anteriores, mas também do histórico ao universal. Ou seja, quanto menos abstrato se torna o nível, quando mais particular ele for, mais independente ele se faz.

Como exemplo dessa emancipação de regras que vai se constatando à medida que se particularizam os níveis da linguagem, Coseriu (2007, p. 145) dá o exemplo da frase “eu vi com meus próprios olhos” que – em não havendo outro modo racional de ver senão com os próprios olhos – fere uma regra de *congruência* da linguagem, sendo, contudo, permissível (pois tem *significado*) em várias línguas, como no português, no alemão e no espanhol. Do mesmo modo, um texto como *Finnegans wake*, de James Joyce, tendo sido escrito em inglês, quebra as técnicas de funcionamento histórico da língua inglesa, na medida em que usa várias outras técnicas historicamente determinadas sobre a do inglês. Ou ainda o exemplo de um texto que quebra com a congruência, como é o caso da

⁹ Língua, nesse caso, representando linguagem, conforme Coseriu (1977, p. 23). A língua, consoante essa visão coseriana, é a expressão central da linguagem, pois é a mais básica, sem a qual o homem não pode viver em comunidade, e a mais generalizada dentre todos os outros tipos de linguagem.

¹⁰ Pode-se pensar que o nível de valoração correspondente ao “correto ou exemplar” diga respeito ao que foge à gramática, ao que não está correto segundo dado padrão prescritivo ou sistemático da língua. Não acreditamos, contudo, que seja esse o domínio de valoração do nível histórico, mas sim, o domínio do significado por causa da própria noção de “norma”, trazida por Coseriu, que se junta à de sistema (e à de tipo, que, por ora, não será discutida aqui). Se dentro de um sistema (como o da língua portuguesa), sempre existem diferentes modos normais (todos eles, evidentemente, funcionais) de realização (COSERIU, 1980b, p. 122) desse sistema (o falar caipira paulista e o falar de Lisboa, por exemplo), não se pode pensar em correção ou exemplaridade como o contrário a “desvios” de um sistema homogêneo, pelo simples fato de que, dentro do molde coseriano de língua, todo sistema é um diassistema, na medida em que sempre encerra várias normas. Desse modo “para mim fazer o dever” não sofre interdição valorativa, mas “para fazer o eu dever” sim, já que compromete o significado, não estando de acordo, portanto, com o correto e exemplar da língua.

¹¹ O texto do qual essa citação foi retirada, *La <<situación>> en la lingüística*, foi publicado, primeiramente, em inglês, no ano de 1971, conforme Coseriu (1977, p. 256).

¹² Quiçá melhor fosse tratar os níveis universal e histórico não como superiores, mas como anteriores, posto que superioridade não parece condizer com dependência que, na realidade, é o que existe, de um ponto de vista de concretude linguística, entre os dois níveis e o individual: aqueles dependem destes para se realizarem concretamente. Por outro lado, naturalmente, de um ponto de vista de uma hierarquização teórica, o nível individual depende do histórico e do universal para existir, mesmo sem ter de se sujeitar totalmente às regras desses níveis.

Metamorfose, de Kafka, em que um homem se transforma num inseto gigante. Nesse caso, contudo, o sentido se legaliza por se inteirar ao *universo de discurso*¹³ da literatura. Vemos, então, como a função textual, por meio do estabelecimento de *sentido* (dimensão semântica do nível individual), pode violar tanto o *significado* de uma língua (caso de Joyce, rompendo com a função idiomática) quanto a *congruência* do falar em geral (em Kafka, infringindo a função designativa).

Assim, encontramos essa preocupação de Coseriu com o texto (e com a fala, conforme se expôs na nota 11) quando ele aventa as questões da determinação e do entorno (1979b, originalmente escrita em 1955)¹⁴, do sistema, da norma e do falar concreto (1979b; 1980b), da elaboração de uma linguística do texto (1977, originalmente escrita em 1971 – veja-se nota 9), cujo desenvolvimento se substancia quando produz sua *Linguística do texto* (2007, com primeira versão em 1980). Todas essas preocupações vão se encaminhando para a criação de uma “linguística del texto propiamente dicha”, linguística que “se refiere, por supuesto, al plano del texto y, en consecuencia, al *sentido*” (COSERIU, 1977, p. 253)¹⁵. Daí sua obra de 2007 chamar-se *Linguística del texto: Introducción a la hermenéutica del sentido*, ou seja, o propósito dessa linguística textual coseriana é o de interpretar (daí a proposta de uma hermenêutica) o *sentido*, essa categoria semântica do nível individual.

É, pois, sobre essa base epistemológica que perfaz muitas das obras de Coseriu (o entendimento da língua[gem] como ἐνέργεια, os três níveis da linguagem e a linguística do texto como uma linguística do sentido) que se firmam as TD¹⁶. Vejamos agora por qual meio se demarcaram, sobre essa base coseriana, as TD como área de estudo dentro da Linguística Histórica.

Kabatek (2006, p. 507) aponta um livro de 1983 de Brigitte Schlieben-Lange¹⁷ como o gérmen do que viriam a se tornar as TD. Schlieben-Lange foi aluna de Coseriu e combinou aspectos da Pragmática e da Sociolinguística com as teorias do linguista romeno, propondo uma *Pragmática histórica*, termo que ainda hoje serve, senão popularmente para nomear, para descrever o que os estudos em TD fazem: uma pragmática histórica.

Koch (1997, p. 3) comenta que o livro está centrado nos aspectos de oralidade e escrituralidade, estando dedicado um capítulo, o 4, às “regras da conversação” (condizente com o ponto de vista universal do falar); o 5, à “história das línguas particulares” (respeito ao nível histórico das línguas); e o 6, à “História das tradições textuais”. É com esse nível, afirma Koch, que trabalham os pesquisadores das TD, para os quais era necessária uma bifurcação no nível histórico originalmente proposto por Coseriu. Dessa maneira, gerou-se o seguinte modelo:

¹³ *Universo do discurso* é uma das quatro grandes divisões que Coseriu (1979b, p. 229) define para *entorno*, um dos componentes matrizes (ao lado apenas da *determinação*) para um estudo da fala (fala, inequívoco está, integrando o nível individual de texto). A *determinação* denota o papel de atualizar, através da enunciação (produção concreta de enunciados, de textos), um arsenal de signos que, sem o texto, permanecem em virtualidade, isso dentro de um jogo sintagmático de relações entre signos. O *entorno* expande a expressividade do texto por meio de elementos próprios da circunstância da fala, como movimentos e expressões faciais. Técnicas do *entorno* sempre complementam e podem mesmo substituir certas estratégias da *determinação*. Portanto, a *determinação* “assegura simplesmente o emprego da língua: a integração linguística entre um conhecer atual e um saber anterior” (COSERIU, 1979b, p. 227) e o *entorno* representa as “circunstâncias do falar” (1979b, p. 228). O *universo do discurso*, como uma das faces do *entorno*, é “o sistema universal de significações a que pertence um discurso (ou um enunciado) e que determina sua validade e seu sentido” (1979b, p. 234). Pode-se falar em universo discursivo da medicina, da informática, da química etc.

¹⁴ Muito curioso notar que Fávero e Koch (1994, p. 11) apontam exatamente Coseriu como o fundador do termo *linguística textual* em seu artigo “Determinação e entorno: dois problemas duma linguística do falar”, publicado pela primeira vez em espanhol na revista alemã *Romanistisches Jahrbuch*, em 1955. As autoras fazem a ressalva de que “[...] no sentido que lhe é atualmente atribuído, tenhasido empregado pela primeira vez por Weinrich (1966, 1967)”. Coseriu, em seu afamado texto, já defende que, em se aceitando a tripartição da linguagem em três níveis ou, como ele diz, da atividade linguística em três pontos de vista, a linguística do texto é a linguística do falar no nível particular e que podia ser exemplificada pela “estilística da fala” (COSERIU, 1979b, p. 214). Vemos que já existe em Coseriu a inquietação diante do nível individual, condensado no artigo (exatamente por sua temática e não, parece-nos óbvio, por considerar apenas a fala como representante desse nível) à modalidade da fala. É dessa inquietação que vão se desenvolvendo suas reflexões até chegar a definir a linguística do texto como linguística do *sentido*.

¹⁵ Coseriu (2007, p. 156) reitera, tornando ainda mais direta e estreita a aproximação, a relação entre uma linguística do texto e o estudo do sentido: “[...] la linguística del texto, o, más exactamente, lo que se ha denominado aquí ‘verdadera’ y ‘propia’ linguística del texto, es una *linguística del sentido*”.

¹⁶ Aparentemente não cabe tomar a compreensão coseriana de linguística do texto como linguística do *sentido* como base para as TD, uma vez que o *sentido* de Coseriu está no nível individual ao passo que as TD residem num dos lados do nível histórico bipartido. Questionaremos isso mais adiante no corpo do texto. Por enquanto, deixamos esses três verdades coserianas como a base para as TD.

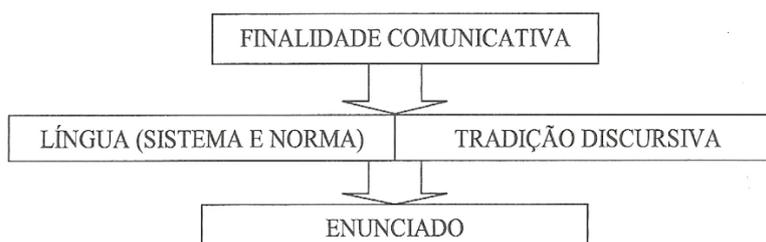
¹⁷ O livro, segundo Koch (1997, p. 3), é *Traditionen des Sprechens* (Tradições do falar).

Tabela 4: Esquema proposto por Koch (1997) para a bifurcação do nível histórico coseriano

Nível	Campo	tipo de norma	tipo de regras
Universal	atividade de falar		regras do <i>falar</i>
Histórico	línguas particulares	normas da língua	regras da <i>língua particular</i>
Histórico	tradição discursiva	normas discursivas	regras discursivas
individual/atual	Discurso		

Fonte: Koch (1997, p. 3)

Essa bifurcação é basilar para as TD porque inaugura um nível de linguagem, até então não *formalmente* demarcado, que vai servir como âmbito do qual provêm os dados a serem investigados. É criado, então, um novo nível de análise. A Tabela 4 acima pode induzir à interpretação de que o nível das línguas particulares antecede ao das TD. O próprio Koch (1997, p. 3, grifo nosso) repara que “*transversalmente* às tradições e normas intralinguísticas, devem ser colocadas também as tradições textuais ou – como as denomino – as tradições discursivas ou normas discursivas”. Desse modo, talvez esteja mais esclarecedor o esquema encontrado em Kabatek (2006, p. 508), reproduzido na Figura 1 abaixo:



Esq. 1: Tradições discursivas

Figura 1: Esquema proposto por Kabatek (2006) para a bifurcação do nível histórico coseriano

Fonte: Kabatek (2006, p. 508)

Pelo filtro das TD, passam “[...] gêneros textuais, gêneros literários, estilos, gêneros retóricos, formas conversacionais, atos de fala, etc. como, por exemplo, a bula, o soneto, o maneirismo, o discurso cerimonial, o *talkshow*, o juramento de fidelidade do vassalo ao suserano, etc.” (KOCH, 1997, p. 3).

Essas tradições discursivas não dependem necessariamente das línguas históricas, já que podem ocorrer em diversas línguas, obedecendo, contudo, às mesmas regras tradicionais de seu tipo de texto. Um soneto, por exemplo, segue a mesma métrica, o mesmo esquema rítmico, a mesma distribuição de estrofes e o mesmo número de versos em qualquer língua em que se apresente, porque a tradição que ele segue não é linguística, mas textual.

Para Kabatek (2006), o traço definidor das TD é o da repetição. Não obstante, nem toda repetição se configura como TD, na medida em que uma TD tem de possuir valor de signo, ou seja, tem de representar algo que lhe é exterior, simbolizando-o. Para desenvolver a noção de repetição, Kabatek (2006) traz a de evocação. Uma TD repete-se quando é evocada por uma mesma constelação discursiva, que pode equivaler, mas não se restringe a, uma situação de comunicação, razão pela qual o próprio Kabatek (2006) utiliza o termo “situação” em seu esquema, reproduzido a seguir:

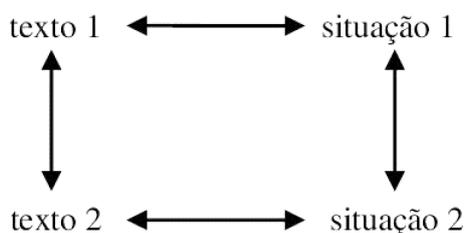


Figura 2: Esquema de Kabatek (2006) para a noção de evocação.

Fonte: Kabatek (2006, p. 511)

Vemos, no esquema da Figura 2, que uma situação¹⁸ 1 evoca a produção de um texto 1. Para usarmos um exemplo de Kabatek (2006), a situação de um encontro na rua evoca a enunciação de um cumprimento (o texto). Toda vez que essa constelação discursiva ocorrer, essa mesma tradição discursiva será evocada. Uma situação diferente, como a de se ver um parente próximo chorando, pode evocar um questionamento para se descobrir a causa do choro. Não entendemos, contudo, como uma situação 1 está necessariamente relacionada (é essa a leitura que, a nosso ver, promove o esquema) à situação 2 e, por conseguinte, seus correspondentes textos associados entre si. Podemos aventar que é, inclusive, possível haver tal correspondência. Uma situação 2, por exemplo, sair da casa de alguém, evoca um texto 2, igualmente um cumprimento, uma despedida. Nesse caso, podemos traçar um paralelo entre a situação 1 e 2 e, em consequência, os correlativos textos 1 e 2, pois há uma simetria entre tais situações e seus textos. Vemos, entretanto, que a existência de um paralelo entre situações distintas e seus respectivos textos evocados não é necessária nem sequer é a realidade mais comum nesse movimento discursivo de evocação.

No Brasil, provavelmente o conceito de TD mais referenciado é o de Kabatek (2006, p. 512). Ele define as TD como “[...] a repetição de um texto ou de uma forma textual ou de uma maneira particular de escrever ou falar que adquire valor de signo próprio (portanto, é significável)”. Isso mostra o amplo domínio de estudos das TD: desde um ato de fala (de questionar, por exemplo), passando por um gênero (um requerimento, *e.g.*) até uma esfera mais abstrata, como é a do estilo (o estilo amoroso, *e.g.*).

Seguindo as ideias de Koch (1997), importa notar que as TD fazem parte de tradições culturais, nunca nascem do nada – “nunca surgem *ex nihilo*” (KOCH, 1997, p. 17) – e sempre estão numa dinâmica entre conservadorismo e inovação. Koch toma emprestado um plano de representação de Strube que usamos para comentar esses outros atributos das TD.



Figura 3: Esquema de identidade diacrônica de Strube

Fonte: Koch (1997)

Por meio do esquema da Figura 3, percebe-se que a tradição ABCD legou três de seus traços, BCD, para a seguinte. Ou seja, BCDE passou por um processo de inovação, trazendo um elemento novo, desconhecido de sua tradição anterior, o E, mas preservou três

¹⁸ Essa situação é a constelação discursiva. Veja-se a nota 6.

que revelam seu conservadorismo. Com o passar do tempo (t), chegamos à tradição EFGH que, após várias inovações recebidas ao longo da história, não mantém sequer um elemento de sua tradição original, ABCD. Vê-se, afora isso, que as tradições não nasceram do nada, mas vieram sempre de uma anterior. No caso da primeira delas, caso não tenha vindo de outra tradição discursiva, surgiu, certamente, de alguma tradição cultural, afinal, uma TD, como já dito, é uma tradição cultural.

Uma das vertentes de estudo das TD é a que trabalha com as noções de oralidade e de escrituralidade. Koch e Oesterreicher (2007, p. 21) apresentam uma diferenciação entre meio de realização de um texto, que pode ser fônico ou gráfico, e concepção textual, que pode ser falada ou escrita¹⁹. Um texto, portanto, pode ter 1º) meio gráfico com uma concepção de língua falada, e.g., um bilhete escrito por uma criança; 2º) meio gráfico com uma concepção de língua escrita, e.g., uma tese de doutorado; 3º) meio fônico com concepção de língua falada, e.g., uma conversa de rua; 4º) meio fônico com concepção de língua escrita, e.g., um discurso. Ao passo que os meios são dicotômicos (se um meio é escrito, não costuma ser fônico)²⁰, as concepções formam um *continuum* que vai do mais falado ao mais escrito. A concepção escrita da língua está relacionada ao conceito de distância comunicativa e o conceito de fala, ao de proximidade.

Na medida em que a concepção, diferentemente do meio, efetua-se por uma gradação, para se verificar se dado texto expressa, comunicativamente, proximidade ou distância, Koch e Oesterreicher (2007, p. 26) indicam 10 condições comunicativas, a saber: a) grau de publicidade (quanto maior o número de interlocutores, maior a proximidade); b) grau de familiaridade comunicativa (quanto maior a intimidade entre os interlocutores, maior o grau de proximidade); c) grau de implicação emocional (quanto mais emoção existente no texto, maior o grau de proximidade); d) grau de ancoragem na situação de comunicação (quanto mais dependentes forem os atos de fala da situação de comunicação, maior a proximidade); e) campo referencial (quanto maior a dependência da dêixis pessoa-lugar-tempo, maior o grau de proximidade); f) proximidade física dos interlocutores (quanto mais próximos, menor o grau de distância comunicativa); g) grau de cooperação (quanto mais o interlocutor puder interferir no texto, maior a proximidade existente); h) grau de dialogicidade (quanto maiores as chances de o interlocutor dialogar com o locutor, maior a concepção de proximidade); i) grau de espontaneidade (maior a espontaneidade, maior a proximidade conceitual); e, por fim, j) grau de fixação temática (quanto mais uniforme for o tema tratado na interlocução, maior o grau de distância comunicativa). Desse modo, uma tabela que representa os parâmetros das condições comunicativas de uma carta pessoal em comparação aos de um sermão evidenciam grandes diferenças:

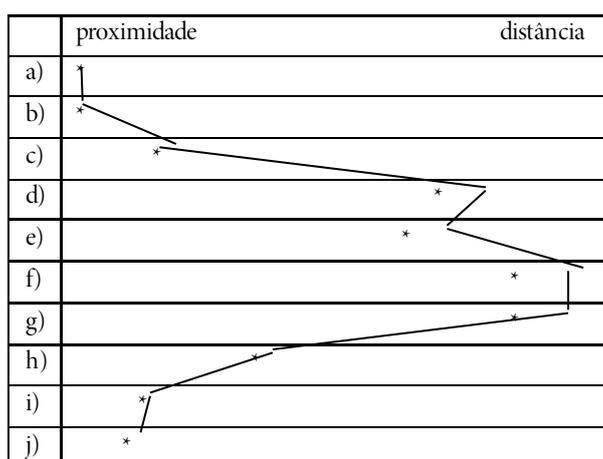


Figura 4: Valores paramétricos comunicativos da carta privada

Fonte: Koch e Oesterreicher (2007, p. 28)

¹⁹ Nessa página 21, Koch e Oesterreicher mencionam Söll (1985) como a fonte de onde retiraram essa diferenciação, não havendo, entretanto, nenhuma citação direta do referido autor (Ludwig Söll).

²⁰ Os novos veículos de comunicação digital, como o *whatsapp*, rompem barreiras que costumam separar o gráfico do fônico.

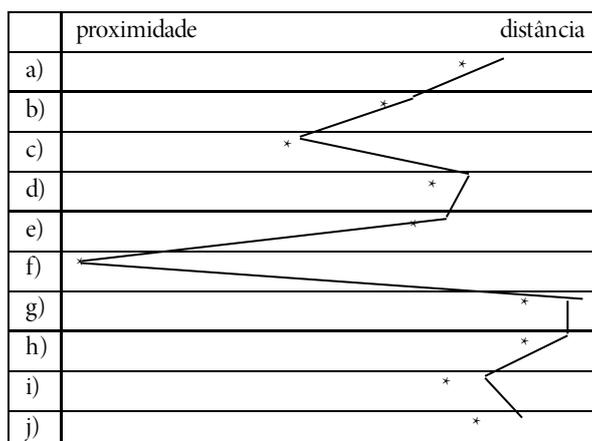


Figura 5: Valores paramétricos comunicativos do sermão

Fonte: Koch e Oesterreicher (2007, p. 28)

As Figuras 4 e 5 acima mostram como, numa carta pessoal, a maior parte das condições comunicativas situam-se mais à esquerda, ou seja, mais próximas da concepção de proximidade (*immediatez*) que, como já dito, está relacionado à concepção de oralidade, apesar de seu meio de produção ser o gráfico. No caso do sermão, ocorre exatamente o inverso: a maioria das condições está localizada próxima à margem direita, que representa a concepção de distância comunicativa, apesar do meio de produção ser o oral. Isso demonstra como não há uma relação indispensável entre os textos realizados na modalidade oral (meio fônico) e a concepção oral e os textos produzidos na modalidade escrita (meio gráfico) e a concepção escrita de comunicação. Ademais, o meio de produção típico de um determinado gênero e sua concepção comunicativa preponderante resultam da tradição discursiva de formação desse gênero.

Finalizamos esta seção de reflexões sobre as TD retornando a um termo que, propositalmente, destacamos em itálico nalgum ponto acima e que tem a ver com a própria gênese dos estudos de TD conforme a conhecemos hoje: a bifurcação do nível histórico proposto por Coseriu para gerar um domínio a que as TD possam pertencer. Dissemos acima que essa bifurcação inaugurou um nível de análise ainda não estabelecido *formalmente*. Antes de defendermos essa restrição modal que incutimos ao não estabelecimento de um nível de análise para as TD, citamos algumas passagens de Coseriu (2007), em sua *Linguística del texto*:

a) Hay una serie de motivos que se oponen a la consideración del texto como un hecho dependiente por completo de una lengua histórica (COSERIU, 2007, p. 132);

b) Los textos no se rigen en todo momento por las reglas de una lengua. Las desviaciones respecto de las reglas idiomáticas son siempre posibles; y lo que es más importante, no se interpretan como tales, sino que resultan del todo aceptables si están motivadas por la configuración del texto o por alguna función textual. Se trata de un fenómeno general que podría formularse como sigue: *las reglas del nivel de las lenguas pueden quedarse en suspenso en el texto, es decir, pueden dejar de aplicarse por la configuración tradicional del texto o por alguna motivación que se encuentra en el texto mismo* (COSERIU, 2007, p. 133, itálico nosso);

c) Los textos tienen también sus tradiciones particulares, independientes de las lenguas. Se puede hablar de tradiciones textuales en un doble sentido: [...] [a] En el caso de *textos incorporados a la tradición lingüística misma*” (COSERIU, 2007, p. 138), que designan “las fórmulas fijas de interpelación, saludo y otras fórmulas análogas” (COSERIU, 2007, p. 133);

d) En el caso de ciertos textos incorporados a la tradición lingüística misma, pero aun mucho más en el caso de los *textos supraidomáticos*, lo que importa no es su existencia o no, sino, más allá de esto, las modalidades de su configuración. En el caso de los textos supraidomáticos, entre los que se encuentran, por ejemplo, los géneros literarios, debería resultar evidente que existe una

configuración tradicional enteramente independente de la tradición del hablar según una técnica transmitida históricamente (= independentes de las lenguas históricas) (COSERIU, 2007, p. 138-9).

Diante desses excertos, juntamos um de Koch: “[...] precisamos, complementarmente ao modelo dos três níveis de Coseriu, de mais um tipo de tradição do falar, dado historicamente, mas não pertencente à língua particular” (KOCH, 1997, p. 13). Acreditamos que o fato de Coseriu, na maioria de suas obras, sinalizar para a correspondência entre o nível individual da linguagem e o termo “texto” (e provavelmente seu grande interesse pela fala, que está, inclusive, ligada ao momento no qual ele “cunha” o termo “linguística do texto” – ver nota 5) leve à suposta ideia de que “texto” representa apenas o “individual” como produto de uma única pessoa (uma obra única, um discurso particular). As citações acima (com ênfase para as duas últimas, que, a nosso ver, esclarecem e permitem um redimensionamento da leitura do termo “texto” nas duas primeiras) parecem deixar notório que o texto localiza-se no nível individual, não por ser necessariamente apenas produto de um indivíduo (como, que fique patente, pode perfeitamente ser, como no caso de *Finnegans wake*), senão por ser um produto concreto, por ser um texto, e o único nível, dentre os três propostos por Coseriu, que trabalha com realizações concretas é o nível individual.

A descrição que Coseriu faz dos *textos incorporados a la tradición lingüística misma*, a exemplo das saudações, corresponde exatamente às fórmulas conversacionais citadas por Koch (1997, p. 3) para exemplificar as TD. No que tange aos *textos supraidiomáticos*, ilustrados por Coseriu pelos gêneros literários (novamente outro exemplo de TD dado por Koch), fica manifesto que “texto” não indica apenas o “discurso individual”, mas também os textos, na mesma acepção com que as TD entendem “texto” (atos de fala, expressões, gêneros etc.) quando propõem uma “história dos textos”.

Por isso, segundo nossa compreensão, é necessário entender bem o termo “texto” – se não em toda a literatura coseriana, certamente em sua *Linguística del texto* – para que ele seja interpretado como uma terminologia que contempla tanto a noção de discurso individual quanto a de tradições textuais. Destarte, o “texto” de Coseriu parece ser, *mutatis mutandis*, uma categórica apresentação (para não dizermos conceituação) do que são as TD dentro da perspectiva dos romanistas alemães atuais: Kabatek, Koch e Oesterreicher²¹. Desse modo, entendemos que as TD já estão, sim, inclusas no modelo de linguagem de Coseriu, não, porém, no nível histórico, como propôs Koch (1997) e se aceitou nos estudos das TD, mas no nível individual de linguagem.

Pode-se também, a favor dessa nossa interpretação, trazer o fato de, em sua obra de 1983 – segundo comentário de Koch (1997) –, Schlieben-Lange apresentar em sequência e nesta ordem, um capítulo tratando do nível universal coseriano (“regras da conversação”); um, de seu nível histórico (“história das línguas particulares”); e o último, sobre a “história da tradição dos textos”. Não estaria, esse capítulo (que traz, segundo Koch, o novo nível com o qual trabalham as TD), seguindo a ordem da tripartição da atividade da linguagem de Coseriu que a autora parecia estar seguindo, ilustrando, portanto, o nível individual, o nível *do texto*, que integra a tripartição coseriana? Acreditamos que sim por, pelo menos, duas razões: 1º Schlieben-Lange era aluna de Coseriu e usou de suas teorias para formular sua proposta de *Pragmática histórica*; 2º O livro *Linguística del texto* teve sua primeira edição, em alemão, no ano de 1980, isto é, três anos antes da autora lançar suas *Tradições do falar*. É bastante provável que a linguista não só tenha lido a obra de seu mestre como tenha compreendido, como nós, que o nível individual de Coseriu atinge também as tradições textuais, o que nos parece estar muito claro quando se leem – e ela, muito provavelmente, leu –, por exemplo, citações como as quatro acima aduzidas. Isso, contudo, são só conjecturas.

Essas considerações, no entanto, de modo algum revelam nossa discordância pela bifurcação efetuada por Koch. Pelo contrário, acreditamos que, *metodologicamente*, categorizar as TD dentro do nível histórico torna a proposta atual das TD, a de ser “um verdadeiro elo de ligação entre a história interna e a história externa de uma língua” (SIMÕES, 2007, p. 140), muito mais clara. Para isso, fazia-se imprescindível bifurcá-lo, haja vista a distinção notoriamente necessária entre língua e texto numa perspectiva de investigação científica (talvez exatamente por isso Coseriu tenha posto as TD dentro do nível individual, uma vez que o histórico estava preocupado com as questões da língua). Essa reorganização da base sobre a qual as TD se encontram é, a nosso ver, o começo

²¹ Não incluímos Brigitte-Lange dentro desses “romanistas alemães atuais” por não termos tido acesso à sua obra de 1983 em que trata da história dos textos, por não encontrarmos, em sua obra de 1993, nenhuma menção que se refira diretamente à ideia de tradição textual patente nos estudos de TD e também por ela já ter falecido no ano 2000.

de um caminho para a construção de uma metodologia própria que consolide as TD como uma área bem estruturada dentro dos estudos da linguagem. Parece-nos pertinente a citação de Simões (2007, p. 151):

Alguns críticos do modelo podem até afirmar que a adoção do termo TD seria equivalente a atribuir uma perspectiva diacrônica aos modelos de Linguística Textual. Muitas destas críticas referem-se ao fato de que o modelo de TD ainda não desenvolveu uma metodologia clara, dotada de instrumentos e conceitos claramente definidos e que tomou de empréstimo a terminologia específica de outras correntes de análise, como os modelos teóricos da Gramaticalização, da Análise do Discurso, ou até mesmo da Análise da Conversação. Talvez a crítica seja procedente e resta aos defensores do modelo explicitar os seus instrumentos de análise, dispondo-os com a terminologia adequada.

Pelo que percebemos, a tradição de Coseriu está muito presente em toda a base das TD, de modo que, no que respeita à elaboração teórica, aparentemente não há alguma proposição originária, própria do campo das TD. A estratégia da bifurcação do nível histórico, como tentamos mostrar, apesar de interessante, não representa uma grande contribuição/ inovação funcional para os estudos diacrônicos na medida em que já existe espaço na própria divisão clássica de Coseriu para o estudo de tradições textuais. Provavelmente, daqui a alguns anos, o modelo das TD obtenha, como mencionou Simões (2007) uma metodologia, instrumentos e conceitos peculiares desenvolvidos e, assim, vá estabelecer sua tradição, que já começa a se construir, dentro dos estudos linguísticos. Duas notáveis contribuições parece-nos ter sido dada pelos estudos das TD: 1º) usar critérios textuais bastante rigorosos para a construção de corpora diacrônicos mais cientificamente organizados, logo, menos propensos a gerarem distorções de análise; 2º) promover reflexões sobre o papel das tradições discursivas no processo de mudança da língua, ampliando os horizontes para se construir uma história da língua mais exata.

4 TD: AMOSTRAGENS, HIPÓTESES E ANÁLISES DE CARTAS OFICIAIS

Nesta última seção, faremos uma pequena análise em que serão aplicados alguns dos conceitos advindos das TD e debatidos ao longo deste trabalho a uma mostra de quatro cartas oficiais que integram um *corpus* diacrônico denominado *Cartas oficiais nortero-grandenses*, composto por cartas redigidas entre 1713 e 1931 no seio da administração pública e que tratam de questões atinentes ao Rio Grande do Norte. Por meio dessa microanálise, queremos dar um exemplo do potencial que essa área de estudos da Linguística Histórica oferece para a compreensão de fenômenos linguísticos vistos pelo eixo diacrônico.

Melo (2012) desenvolveu um *corpus* composto por cartas oficiais que circularam no Rio Grande do Norte da primeira metade do século XVIII à primeira do século XX. Ele seguiu os critérios de transcrição usados pelo Projeto para a História do Português Brasileiro (PHPB)²² e atingiu a meta de 5.000 palavras para cada metade de século. Para esta breve análise, escolhemos uma carta oficial para a primeira metade de cada século: uma da primeira metade do século XVIII, uma da primeira do XIX e uma da primeira metade do século XX. Selecionamos, ainda, uma carta oficial problematizadora da segunda metade do século XVIII. Como nosso intuito é de tecer algumas reflexões sobre a macroestrutura dessas cartas oficiais em diálogo com o que foi discutido anteriormente, iremos trabalhar apenas com os protocolos inicial e final, conforme Belloto (2002, p. 39-40), como categoria de análise.

TEXTO 1 – CARTA OFICIAL DE 1713

<[*inint.*]> Senhor || Foi VMagestade servido ordernarme por carta | de coatro de fevereiro deste anno, de [*inint.*] a rezão | que tinha para paçar patentes de algus' postos | de melisia equais erão, provimento dos ofi- | cios de justiça e fazenda, e cartas de datas de terras | de ssismaria, por conta que deu a VMagestade o governador de | Pernambuco Fellyx Joseph Machado [...] A Real Pessoae |

²²O texto de base são as *Normas para transcrição de documentos manuscritos para a história do português no Brasil* (MATTOS E SILVA, 2001, p. 553), a partir do qual foi criada uma versão levemente atualizada, enviada para todos os coordenadores dos projetos PHPB locais filiados ao nacional e repassados para seus membros.

VMagestade guarde Deos como todos seus vassallos | avemos mister, Cidade do natal 3 de Agosto | de 1713 || Salvador [Alvs.] da Silva

TEXTO 2 – CARTA OFICIAL DE 1833

<Nº 453> Tendo de semedirem, eaforem as Marinhas d'esta Provincia | na compreensão de quinze braças de fundo, contadas dos lu | gares onde chegar a preamar em toda a Costa Rios, e Lagos, | onde entra a maré, como determinão as Instruções de 14 | de Novembro de 1831: resolveo o Conselho d'este Governo; q' se | officiásse às Camaras, [...] Deus Guarde á V. *Senhorias* Palacio do Governo na Cidade | do Natal 22 de Maio de 1833 || Manoel Lôbo deMiranda *Henriques* || *Senhores* Presidente, e Vereadores da Camara | Municipal d'esta Cidade do Natal.

TEXTO 3 – CARTA OFICIAL DE 1930

Nº 6. || Prefeitura Municipal de Curraes | Novos, 15 de Março de 1930. || Ex.^{mo} Dr. Presidente do Estado_ || Em resposta á Circular nº 3733, de V. | *Excelencia*, hoje recebida, tenho a hon- | ra de informar que no dia 1º de | Janeiro do corrente anno cumpri | fielmente o disposto no Art. 51 da | Organização Municipal, prestando | á Intendencia deste Municipal | as contas da Prefeitura. || Renovo a V. *Excelencia* os meus cor- | deaes protestos de muita estima | e elevada consideração [espaço] Saudações. | (A) Antonio Raphael, Prefeito.

TEXTO 4 – CARTA OFICIAL DE 1772

<[*inint.*]> || Diz oP.e Francisco deSoiza Nunes, Vigario [*ger*] | al da Matriz da Vila de Estremos, destricto da Capitania do Rio Gran | de do Norte, q' meseacha exercendo odito emprego, há mais de | sete annos, tendo jaservido dois decoadjutor da mesma [*paroch^a*] | sempre com loivavel procedimento, dezenteresse, ezelo [*inint.*] | espiritual etemporal dos seus freguezes, instruindo-os na | Doutrina, bons costumes, e civilidade, administrando-lhes | prontidaõ os sacramentos, e socorrendo aos pobres eenfermos | o q' adquire do mesmo beneficio os documen | tos; [...] P. aV.Magestade por sua real grandeza | seja servido deferir-lhe na forma que requer || *Espera Receber Merce*

O primeiro aspecto que podemos notar é o de que esses textos estão registrados num meio gráfico, integram o universo do discurso da experiência comum, dentro do ambiente da administração pública, e trazem uma concepção de distância comunicativa, conforme aplicação de alguns dos aspectos aportados por Koch e Oesterreicher (2007) e Coseriu (1979b) e comentados ao longo deste trabalho.

Quando arrolamos as condições comunicativas que independem da leitura do texto na íntegra, notamos que: a) o grau de publicidade é baixo, pois o texto é lido provavelmente apenas pelo destinatário ou por algum profissional encarregado de tal função; b) que o grau de familiaridade entre os interlocutores deve ser baixa, uma vez que a carta 1 é remetida ao rei; a 2, ao presidente e aos vereadores da câmara municipal; a 3, ao presidente do Estado; e a 4, também ao rei; c) a proximidade física é nula; d) o grau de cooperação igualmente é zero; e e) o grau de dialogicidade é o mínimo, pois um provável retorno, quando o receptor tomaria a vez de emissor, demoraria muito. A metade das condições comunicativas que podemos analisar sem uma análise do texto completo já aponta para um alto grau de distância comunicativa.

Como os textos, além de escritos, indiciam uma concepção de distância, a constelação discursiva para a evocação de TD é (está no) o próprio texto oficial, segundo Schlieben-Lange (1993) e Kabatek (2006) supracitados. O contexto, portanto, é sua situação, é a constelação. Comparando-se as três primeiras cartas, percebemos a repetição de determinados atos de fala durante os três séculos. Esses atos cumprem uma função simbólica para o texto, revelando-se como signo e, assim, como TD. Vejamos quais são:

- i) Interpelar ou nomear a quem se dirige o texto (*inscriptio*²³): “Senhor” (carta 1); “Senhores Presidente, e Vereadores da Camara Municipal d’esta Cidade do Natal”; “Ex.^{mo} Dr. Presidente do Estado”.
- ii) Finalizar o texto (fecho de cortesia): “A Real Pessoae VMagestade guarde Deos como todos seus vassallos avemos mister” (carta 1); “Deus Guarde á V. Senhorias” (carta 2); “Saudações” (carta 3);
- iii) Situar no tempo e no espaço (*datatio*²⁴): “Cidade do natal 3 de Agosto de 1713” (carta 1); “Palacio do Governo na Cidade di Natal 22 de Maio de 1833” (carta 2); “Prefeitura Municipal de Curraes Novos, 15 de Março de 1930” (carta 3).
- iv) Assumir autoria (*subscriptio*): “Salvador [Alvs.] da Silva” (carta 1); “Manoel Lôbo deMiranda Henriques” (carta 2); “Antonio Raphael” (carta 3).

Algumas dessas fórmulas tradicionais nesses tipos de textos, como a de “Deus guarde”, parecem exemplificar o que Coseriu (2007, p. 139) chama de *textos supraidiomáticos*, pois sua realização não está restrita a um idioma específico. Fazendo algumas buscas pela internet, achamos, por exemplo “Dios guarde a vuestra excelencia muchos años. Querétaro julio 30 de 1808” e “God protect Your Lordship many years. February 3, 1781”. Isso comprova a existência de uma história textual que vai além dos idiomas e que impõe suas próprias regras de funcionamento.

Esses atos de fala evocados por esses textos em estudo estão dispostos de modo bem peculiar em cada uma das três cartas. Essas diferentes disposições das partes configuram diferentes macroestruturas possíveis. A mudança delas durante os séculos (e a variação dentro de um mesmo) mostra a faceta de inovação das TD convivendo com a de conservadorismo. A macroestrutura da carta 1, do século XVIII, e que vai ser, com algumas variações, a mais recorrente em toda a epistolografia oficial setecentistas coletada, é a de estar apenas o *inscriptio* no protocolo inicial (antes do corpo do texto) e, no protocolo final (após o corpo do texto), estarem dispostos os seguintes componentes diplomáticos na ordem indicada: fecho de cortesia, *datatio* e *subscriptio*. A macroestrutura da carta 2, do século XIX, que não é a mais recorrente, mas que surge diversas vezes nos textos oitocentistas de nosso *corpus*, leva todos os elementos aqui abordados para o protocolo final, na sequência: fecho de cortesia, *datatio*, *subscriptio*, *inscriptio*. Essa macroestrutura é menos estável, havendo muita alteração na disposição desses elementos, principalmente na dos dois últimos. A macroestrutura da carta 3, do século XX, bastante recorrente em nosso *corpus* desse período, apresenta um protocolo inicial composto por *datatio* e *inscriptio*, ao passo que o protocolo final leva o fecho de cortesia e o *subscriptio*.

Interessante que o século XX inaugura uma nova tradição discursiva para exprimir o fecho cordial, que é a de “saudações”, substituindo “Deus guarde”, forma que perdurou durante todo o século XVIII e em boa parte do XIX. A mudança começa a se dar nas últimas décadas dos oitocentos.

A carta 4 foi colocada para se levantar uma problemática em nosso *corpus*. O que são, de fato, linguisticamente falando, “cartas oficiais”? Entendemos que são textos produzidos por uma pessoa ou mais para uma pessoa ou mais que tenha circulado na administração pública. O PHPB trata a terminologia “cartas oficiais” como um agrupamento pacífico. O texto 1 é uma carta, o 2 e 3 são ofícios. Eles puderam ser analisados, desde a perspectiva da macroestrutura, juntos. Se, por outro lado, procurarmos algum dos atos de fala presentes nas três primeiras cartas na quarta, da segunda metade do século XVIII, não os encontraremos. Os atos presentes nos dois protocolos (inicial e final) dessa carta são:

- i) No protocolo inicial:
 - a. Apresentar o requerente: “Diz oP.e Francisco de Soiza Nunes”;
 - b. Qualificar o requerente: “Vigario [ger]al da Matriz da Villa de Estremos, districto da Capitania do Rio Grande do Norte”.

²³ Segundo Belloto (2002, p. 27), “[...] parte que nomeia a quem o ato se dirige, seja um destinatário individual ou coletivo”.

²⁴ Belloto (2002, p. 40) afirma que tanto há a datação tópica (do local onde o texto foi assinado) quanto cronológica (quando o texto foi assinado). O conjunto dos dois representa a datação (*datatio*).

- ii) No protocolo final:
 - a. Reforçar pedido: “P. aV. Magestade por sua real grandeza seja servido deferir-lhe na forma que requer”;
 - b. Encerrar (também reforçando pedido): “Espera Receber Mercê”.

Vemos, nesse caso, outra estrutura, que é a do requerimento. Belloto (2002, p. 86) afirma que era comum, nos textos coloniais, vir a fórmula “diz” antes do nome do interessado que, muitas vezes, não assinava (como no caso de nosso exemplo). A data, para esse tipo de texto, é ausente. Caracteriza, logo, outro texto de tradição distinta. O questionamento que fica é se existe algo em comum – algum texto, forma textual, maneira particular de escrever, para retomar Kabatek (2006) – que viabilize agrupar gêneros distintos como o parecer, o ofício, a carta, o requerimento dentro de uma categoria denominada de “cartas oficiais”.

Tendo em vista que 1º) fizemos, logo acima, uma breve análise de quatro cartas oficiais na qual são levantados elementos que permitem inserir-nos da provocação feita acima; 2º) a referida análise foi embasada pelo arcabouço teórico das TD, sobre o qual discorremos criticamente na parte inicial, e substancial, deste artigo, arcabouço esse que assenta bom esteio para se refletir sobre a deixa em questão; e 3º) essas quatro cartas, na realidade, integram um conjunto maior de 107 cartas oficiais que compõem o *corpus* denominado *Cartas oficiais norte-rio-grandenses* (MELO, 2012)²⁵; tendo em vista, portanto, essas três considerações, temos os meios suficientes para aventar nosso posicionamento.

Todavia, de modo a estreitar o escopo da resposta, reformulamos a questão assim: à parte do universo do discurso, que é o da experiência comum; do ambiente, que é o da administração pública; de um propósito comunicativo mais geral, que é o de tratar de questões referentes a esse ambiente; do baixo grau de publicidade das cartas e de implicação emocional e espontaneidade entre seus interlocutores; e do nível mínimo de familiaridade comunicativa, proximidade física, cooperação e dialogicidade entre eles; à parte desses critérios, que são de natureza extralinguística, existem elementos *linguísticos* que justifiquem o agrupamento de textos de natureza vária sob uma mesma designação?

Mesmo com dois aspectos relacionados à concepção de oralidade e escrituralidade que mais bem respeitam à esfera linguística que extralinguística, quais sejam a fixação temática, que tende a ser muito alta nessas cartas, confirmando-as como textos em que predomina a concepção de distância comunicativa; e o campo de referenciação que, pela sensível presença de dêiticos, é a única das dez condições apresentadas por Koch e Oesterreicher (2007) que põe as cartas no terreno da proximidade comunicativa; parecem-nos pouco para refutar a conclusão escrita no *Manual de redação da Presidência da República* (BRASIL, 2002, p. 5): “[...] não existe propriamente um ‘padrão oficial de linguagem’; o que há é o uso do padrão culto nos atos e comunicações oficiais”. Nada obstante, na mesma linha, continuando o asserto, é dito: “É claro que haverá *preferência pelo uso de determinadas* expressões ou será obedecida certa tradição no emprego das formas sintáticas, mas isso não implica, necessariamente, que se consagre a utilização de uma forma de linguagem burocrática” (BRASIL, 2002, p. 5).

Enxergamos, à vista disso, na *preferência pelo uso de determinados* textos (os gêneros, a exemplo da carta, do ofício e do requerimento aqui vistos) e fórmulas textuais, dito com outras palavras, enxergamos nessas TD que compõem as *cartas oficiais norte-rio-grandenses* o denominador *linguístico* que as une, na medida em que são elas as responsáveis por tecer uma grande rede de possibilidades estruturais, formais, cujas realizações, repetidas com o tempo, acabam funcionando como um elemento caracterizador das *cartas*. A existência – ainda que, nalguns casos, em potencialidade – do gênero ofício, requerimento, carta, do início do *narratio* por um verbo no gerúndio (como em “Tendo de semedirem” na carta de 1833), do fecho “Deus Guarde a” ou “Espera Receber Mercê” e das demais estruturas representam um critério *linguístico, textual*, que, junto aos critérios extralinguísticos já tratados, licenciam a conjunção de textos heterogêneos de baixo do termo único de “cartas oficiais”. Além disso, seguindo esse raciocínio, achamos que seja menos arriscado falar numa forma de linguagem burocrática ou, sendo mais acurado, num conjunto virtual de formas da linguagem burocrática.

²⁵ Para uma apresentação mais completa e, ao mesmo tempo, sumária, do corpus junto a uma amostragem das análises feitas, recomendamos a leitura de Lima e Melo (2016).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

*Look in thy glass, and tell the face thou viewest,
Now is the time that face should form another;*
(SHAKESPEARE, 1970, p. 1043)

Na esteira do tempo, a face mirada, mudada; o tempo sendo tempo de nova geração, do novo, que é outro, mas que herda lembranças, paternas, avoengas, ancestrais.

Os versos do bardo inglês parecem toar bastante bem com um trabalho que se encerra apresentando, embora brevemente, traços extraídos de quatro cartas oficiais (disposição dos componentes diplomáticos dentre os protocolos do texto, mudança na realização do fecho, rede de fórmulas, como “Deus guarde”, em rede de línguas), todos eles engrenados pela grande variável, o tempo, dando-nos uma amostragem de como o mecanismo dinâmico entre permanência e mudança é processado e, assim, fazendo-nos vê-lo de forma tangível.

Esses versos, de mais a mais, calham neste estudo sobremaneira porque essa evocação à consciência, à visão e ao reconhecimento da mudança (e, retomando o mote inicial, por meio do que já não se é, posto que mudado, se tem consciência, visão e reconhecimento do que se foi antanho, e ei-la, então, a tradição) se valida em estruturas mais profundas e abstratas do que as dos dados deslindados. Discutimos como esse mesmo processo entre continuidade e mudança – objeto de análise das TD, que o aplicam sobre as realizações pragmático-discursivas várias – faz-se presente na maneira por meio da qual, fortuitamente ou não, essa área de pesquisa filiada à Linguística Histórica compôs o seu vir-a-ser (porventura, seu vindo-a-ser) calcado outrossim na dinâmica entre conservadorismo e inovação, entretanto não mais sobre as expressões do discurso, mas sobre um conjunto de ideias, ao qual eventualmente podemos chamar de legado teórico, deixado por Coseriu, do qual e sobre o qual se fundou a linha das TD.

Examinamos, dentre outros ângulos, o da bifurcação procedida ao nível histórico pensado pelo linguista romeno. Malgrado o destaque dado pelos linguistas envolvidos na instituição e desenvolvimento das TD a essa tomada de decisão, vista como transformador, por criar um espaço propício para o exame minucioso das tradições do discurso, ressaltamos, com base na leitura de vários trechos dispersos em sua obra *Linguística del texto* (COSERIU, 2007), que esse loco já existia (porém, no nível individual) em potencial de pleno uso dentro da arquitetura do conhecimento coseriano. Julgamos, sem embargo, assaz interessante o bifurcamento, na medida em que, *metodologicamente*, dá maior visibilidade para uma sorte de material linguístico, as tradições do discurso, levando-nos a acreditar que foi precisamente a consolidação do método a chave para a estabilização das TD.

Por fim, animados pelos caminhos apontados (muitos dos quais, conforme já dito e repetido, davam sequência aos modelos coserianos), decidimos aplicar algumas das noções abordadas sobre uma amostragem de quatro documentos e problematizar a nomenclatura “cartas oficiais”, disso resultando uma interessante descrição dos exemplares em fito, pela qual se entreviram algumas de suas rotas da transformação, e também uma possível elucidação, construída pelas trilhas das TD, do que são as “cartas oficiais”: uma categoria textual que se distingue por uma série de traços sócio-pragmático-discursivos (universo do discurso, ambiente, propósito comunicativo, dentre outros) associado a um arsenal virtual e potencial de estruturas e expressões – preferíveis e esperáveis – que constituiriam algo como uma linguagem oficial, burocrática.

REFERÊNCIAS

BELLOTO, H. L. *Como fazer análise diplomática e análise tipológica de documentos de arquivo*. São Paulo: Arquivo do Estado e Imprensa Oficial do Estado, 2002.

BORGES, J. L. *Obras completas: 1923-1949*. 4. ed. Buenos Aires: Emecé, 2009.

BRASIL. Presidência da República. *Manual de redação da Presidência da República*. Brasil: Presidência da República, 2002.

- COSERIU, E.. *El hombre y su lenguaje*. Estudios de teoría y metodología lingüística. Madrid: Editorial Gredos, 1977.
- _____. *Sincronia, diacronia e história: o problema da mudança linguística*. Rio de Janeiro: Presença; São Paulo: Universidade de São Paulo, 1979a.
- _____. *Teoria da linguagem e linguística geral: cinco estudos*. Rio de Janeiro: Presença; São Paulo: Universidade de São Paulo, 1979b.
- _____. *Tradição e novidade na ciência da linguagem: estudos de história da linguística*. Rio de Janeiro: Presença; São Paulo: Universidade de São Paulo, 1980a.
- _____. *Lições de linguística geral*. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1980b.
- _____. *Linguística del texto: introducción a la hermenéutica del sentido*. Madrid: Arco/Libros, 2007.
- FAVERO, L. L.; KOCH, I. V. *Linguística textual: introdução*. 3. ed. São Paulo: Cortez, 1994.
- KABATEK, J. Sobre a historicidade de textos. Tradução de José da Silva Simões. *Linha d'água*, São Paulo, n. 17, p. 157-170, abr. 2005. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/linhadagua/article/view/37270>>. Acesso em: 05 set. 2010.
- _____. Tradições discursivas e mudança linguística. In: LOBO, T. et al. *Para a história do português brasileiro*. Salvador: EDUFBA, 2006. p. 505-527.
- KOCH, P. Tradições Discursivas: de seu *status* linguístico-teórico e de sua dinâmica. Tradução realizada por Alessandra Castilho da Costa a partir do original Diskurstraditionen: zu ihrem sprachtheoretischen Status und ihrer Dynamik. In: FRANK, B.; HAYE, T.; TOPHINKE, D. (Ed.). *Gattungen mittelalterlicher Schriftlichkeit*. Tübingen: Narr, 1997. p. 43-79.
- KOCH, P.; OESTERREICHER, W. *Lengua hablada em la Romania: español, francés, italiano*. Madrid: Gredos, 2007.
- LIMA, M. H. A.; MELO, F. M. de. Uma microanálise de cartas oficiais norte-rio-grandenses. *Alfa: revista de Linguística da UNESP*, São José do Rio Preto, v. 60, p. 61-77, 2016. Disponível em: <<https://periodicos.fclar.unesp.br/alfa/article/view/7438>>. Acesso em: 12 jan. 2017.
- MATTOS E SILVA, R. V. *Caminhos da Linguística Histórica – ouvir o inaudível*. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.
- MELO, F. M. de. *Cartas oficiais norte-riograndenses dos séculos XVIII, XIX e XX: constituição e caracterização de um corpus diacrônico*. 2012. 329 f. Dissertação (Mestrado em Linguística Aplicada e Literatura Comparada) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2012.
- SCHLIEBEN-LANGE, B. *História do falar e história da linguística*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1993.
- SIMÕES, J. da S. *Sintaticização, discursivização e semanticização das orações de gerúndio no português brasileiro*. 2007. 377f. Tese (Doutorado em Letras) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.
- WARTBURG, W. Von; ULMANN, S. *Problemas e métodos da linguística*. São Paulo: DIFEL, 1975.

Recebido em 22/07/2017. Aceito em 29/11/2017.